



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

ENTRE SILÊNCIOS E RESISTÊNCIAS: CURRÍCULO, FORMAÇÃO DOCENTE E FAMÍLIAS LGBTQIA+ NUMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

Thicyane Gomes de Oliveira Gonçalves de Lima¹

Ândria Vitória Nóbrega Cavalcante²

Isaias Batista de Oliveira Júnior³

RESUMO: Este trabalho propõe uma investigação bibliográfica que articula os debates sobre o currículo escolar e a formação docente frente às novas configurações familiares, com foco em famílias LGBTQIA+ e outras formas de parentalidade dissidente. A proposta parte de uma abordagem interseccional, considerando gênero, sexualidade, raça e classe como marcadores que estruturam as relações educativas. O objetivo é refletir sobre os silêncios, tensões e possibilidades que emergem na formação de professores/as frente à diversidade de gênero e à pluralidade familiar, questionando como o currículo, tanto em sua dimensão oficial quanto vivida, tem (ou não) acolhido esses sujeitos e experiências. Espera-se que esta investigação contribua para o repensar das políticas curriculares e formativas em prol de uma educação mais inclusiva e sensível às diversidades familiares.

Palavras-Chaves: Currículo; Formação docente; Famílias LGBTQIA+; Interseccionalidade; Teoria Queer.

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, as transformações sociais têm ressignificado os modos de constituição das famílias, aumentando o reconhecimento de arranjos familiares que rompem com os modelos tradicionais heteronormativos. No entanto, essa pluralidade ainda encontra resistências no contexto escolar, principalmente diante da persistência de currículos que ignoram essas realidades e de formações docentes que pouco exploram as implicações da diversidade familiar, de gênero e sexualidade no processo educativo.

De acordo com Santos Neto (2021), o currículo escolar orienta as práticas docentes ao definir objetivos, conteúdos e métodos de ensino. Já a formação docente é entendida como um processo contínuo e multifacetado, que inclui desde iniciativas autônomas até cursos institucionais, articulando teoria, didática e prática (Araújo et al, 2018).

Tal invisibilidade reforça a marginalização de sujeitos e grupos sociais historicamente excluídos, impactando diretamente na construção de uma educação democrática, plural e

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Especialização em Neuropsicopedagogia Clínica pelo Instituto Rhema de Educação. E-mail: thicegomes@gmail.com

² Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Graduada em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: andrianobrega.historia@gmail.com

³ Doutor em Educação pela Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho-UNESP, Professor Adjunto no Departamento de Teoria e Prática da Educação e Docente Permanente do Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: ibojunior@uem.br



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

inclusiva. De acordo com Lionço e Diniz (2009), a escola ultrapassa o papel de simples transmissora de conteúdos formais, configurando-se como um espaço público de formação cidadã. No contexto de um Estado democrático de direito, cabe à educação o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural e moral presente em uma sociedade plural. A experiência escolar, nesse sentido, deve refletir essa heterogeneidade e comprometer-se com a justiça social e com a promoção dos direitos humanos. Assim, a educação assume uma função política e emancipadora, na medida em que contribui para o enfrentamento das desigualdades e para a construção de uma convivência ética baseada no respeito à diversidade.

Apesar dessa concepção democrática e plural, o que se observa na prática escolar é a persistência de silenciamentos e exclusões, especialmente em relação às experiências que desafiam as normas de gênero e de família. Como aponta Louro (1997), a sociedade tende a reproduzir normas de gênero e sexualidade que se naturalizam como universais, apagando vivências dissidentes e reforçando a lógica da heteronormatividade.

Para Diniz e Lionço (2009), a negação das múltiplas formas de organização familiar compromete não apenas o reconhecimento dessas estruturas, mas também afeta a construção identitária dos estudantes e enfraquece a promoção dos direitos humanos no ambiente educacional. A escola, enquanto espaço social, ainda convive com práticas discriminatórias cotidianas, que operam pela desqualificação de sujeitos com base em suas diferenças, gerando impactos negativos tanto individuais quanto coletivos.

Essas práticas revelam a permanência de desigualdades estruturais que afetam de maneira interseccional pessoas negras, com deficiência, mulheres, idosos, imigrantes e indivíduos LGBTQIA+. Ao mesmo tempo, a presença concreta dessa diversidade nas escolas reforça o compromisso político que deve orientar a educação como um bem público pautada na equidade.

Nesse sentido, marcos normativos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) reiteram o papel da educação na superação das injustiças sociais, reconhecendo a centralidade das desigualdades nos conteúdos e nas práticas pedagógicas.



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

Diante disso, torna-se urgente problematizar de que maneira a formação docente inicial e continuada, assim como o currículo escolar, têm se articulado, ou deixado de se articular, às demandas contemporâneas colocadas pelas novas configurações familiares.

Considerando uma abordagem interseccional, que reconhece as múltiplas camadas de identidade e exclusão (gênero, classe, raça, orientação sexual, entre outras), este trabalho propõe-se a refletir sobre os desafios e possibilidades de construção de práticas pedagógicas inclusivas, capazes de acolher e valorizar a diversidade existente no espaço escolar.

METODOLOGIA

Este trabalho introduz o debate sobre famílias dissidentes, um tema ainda emergente e muitas vezes negligenciado em comparação com o foco exclusivo nos estudantes LGBTQIA+, buscando integrar afetos, resistência e o currículo vivido. Essa abordagem visa ampliar a discussão teórica e metodológica sobre o que é ensinar e formar-se em um contexto de pluralidade e exclusão. A análise está fundamentada em autores que dialogam com a teoria queer, a interseccionalidade e as práticas pedagógicas críticas, como Crenshaw (2002), Louro (1997, 2008), Bento (2017), Hooks (2013), Miskolci (2012), entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O currículo, conforme Tomaz Tadeu da Silva (2001) é uma construção social que reflete interesses culturais, políticos e econômicos, funcionando também como um espaço de exclusão e silenciamento. Nesse sentido, estruturas familiares dissidentes, aquelas que fogem ao modelo heteronormativo tradicional, são constantemente ocultadas no ambiente escolar, o que contribui para a manutenção de uma educação excludente e desigual. Lionço e Diniz (2009) ressaltam que essa omissão representa uma forma de violência simbólica, que reforça o preconceito e a marginalização de famílias LGBTQIA+ na escola.

Guacira Lopes Louro (1997) aponta que a pedagogia da sexualidade na escola naturaliza padrões binários de gênero e sexualidade, negando outras formas de existência. Essa naturalização impede o reconhecimento da diversidade familiar e dificulta o acolhimento de estudantes oriundos de contextos não normativos. Em trabalho posterior, Louro (2008) amplia



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

essa discussão ao integrar a teoria *queer*, defendendo que a escola deve ser um espaço para desconstrução das normas hegemônicas e reinvenção dos corpos e subjetividades.

A teoria *queer*, como destaca Miskolci (2012), denuncia a lógica da normalização que permeia o currículo e as práticas educativas, estabelecendo modelos únicos de identidade e de família. Esse ponto de vista abre caminho para repensar o currículo como um espaço de resistência e afirmação da pluralidade.

Berenice Bento (2017) aprofunda o debate ao tratar da transexualidade, tema ainda considerado tabu nas escolas. Ela afirma que a invisibilidade das experiências trans no currículo é uma forma de exclusão que compromete a identidade e o desenvolvimento dos estudantes. O silenciamento dessas experiências reflete o preconceito e o desconhecimento institucionalizados, afetando também famílias trans e dissidentes.

Essa realidade se agrava quando consideramos que o ambiente escolar é atravessado por diversos marcadores sociais, como gênero, raça, sexualidade, religião e diversidade familiar, os quais exigem um olhar mais atento por parte da formação docente. Araújo, Barbosa e Oliveira Silva (2020) chamam a atenção para o fato de que, embora educadoras reconheçam a atualidade e a relevância da temática da diversidade, ainda há uma lacuna significativa na formação inicial e continuada. Essa insuficiência formativa contribui para a reprodução de práticas pedagógicas normativas, que acabam por excluir e hierarquizar sujeitos e grupos que não se enquadram nos padrões considerados socialmente aceitáveis.

O conceito de interseccionalidade, desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (2002), é essencial para compreender que as opressões não atuam isoladamente. A invisibilidade das famílias LGBTQIA+ atinge com mais intensidade crianças negras, periféricas, trans e com deficiência, que enfrentam múltiplas formas de discriminação. Como Crenshaw (2002) ressalta, é impossível compreender a totalidade da experiência de opressão sem analisar as intersecções entre gênero, raça, classe e sexualidade.

Bell Hooks (2013) propõe uma pedagogia pautada no afeto, no diálogo e no engajamento político, argumentando que a formação docente deve ir além da técnica, incorporando uma ética do cuidado e da inclusão. Para a autora, a educação é um ato de liberdade e um meio para a transformação social.



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

Vianna e Farias (2011) discutem as famílias como construções sociopolíticas e ressaltam que o reconhecimento dessa pluralidade no currículo é fundamental para combater preconceitos e exclusões. Destacam que, apesar do avanço nas políticas públicas de reconhecimento das famílias LGBTQIA+, ainda há resistência no cotidiano escolar, o que reforça a necessidade de formação continuada e revisão curricular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfrentamento das exclusões curriculares relacionadas às novas configurações familiares demanda uma reformulação profunda tanto do currículo quanto da formação docente. A escola deve assumir o compromisso de reconhecer e valorizar a diversidade familiar, incorporando uma abordagem interseccional que considere as múltiplas dimensões da identidade e da desigualdade.

A construção de uma educação democrática e inclusiva depende da incorporação de perspectivas teóricas críticas, como a teoria *queer* e a interseccionalidade, que desafiem os discursos hegemônicos e ampliem as possibilidades de pertencimento e reconhecimento no espaço escolar. Para isso, a formação docente deve ser entendida como um processo contínuo de diálogo, escuta e prática reflexiva, capaz de transformar o currículo em um instrumento ético, político e afetivo de justiça social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Denise Bastos de; CRUZ, Izaura Santiago da; DANTAS, Maria da Conceição Carvalho. *Gênero e sexualidade na escola*. Salvador: UFBA, 2018.

ARAÚJO, Iara Maria de; BARBOSA, Francisca Maria da Silva; OLIVEIRA SILVA, Antônia Eudivânia de. *Família, gênero e educação: perspectivas e desafios frente aos novos arranjos familiares*. In: Anais do IV Congresso Nacional de Educação. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2020.

BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relacionados ao Gênero. *Revista Estudos Feministas*, 2002.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora. *Homofobia e educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MISKOLCI, Richard. *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SANTOS NETO, João Tomaz dos. Diversidade sexual e de gênero no currículo escolar e na formação docente: desafios e práticas de respeito. *Revista Multidisciplinar do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Diversidade Sexual*, vol. XX, n. XX, 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 37, p. 79-116, dez. 2011.